



[Handwritten signature]

DATA DA REUNIÃO: VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º. ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de cinco do corrente mês de junho, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, que aprovou a 7ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e doze, que consistiu na 5ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa.-----

Anexa-se cópia do referido despacho à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante.-----

b) Em cumprimento da mesma norma legal, o senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de catorze do corrente mês de junho, que aprovou a minuta do contrato da empreitada denominada “Piscina Municipal – Equipamentos e Instalações Mecânicas”, que veio a ser celebrado com a sociedade SISTAVAC, S.A., no dia vinte do mesmo mês, pelo preço contratual de 419.843,72 € (quatrocentos e dezanove mil oitocentos e quarenta e três euros e setenta e dois cêntimos).-----

c) Para conhecimento da atividade da câmara municipal, o senhor presidente deu conhecimento dos despachos a seguir referidos, por si proferidos ao abrigo de competência própria:

- despacho de vinte e um de maio findo que adjudicou à sociedade João Álvaro Rocha, Arquitectos, S.A. o contrato de prestação de serviços para elaboração do projeto de execução de arquitetura para intervenção na “Praça Camilo Castelo Branco e área adjacente”, pelo preço contratual de 66.576,38 € (sessenta e seis mil quinhentos e setenta e seis euros e trinta e oito cêntimos), já com a redução remuneratória legalmente prevista, acrescido de IVA;-----

- despacho da mesma data que adjudicou à sociedade W.S.ATKINS (Portugal) –



Consultores e Projetistas Internacionais, Unipessoal Lda o contrato de prestação de serviços para elaboração dos projetos de execução de especialidades para intervenção na “Praça Camilo Castelo Branco e área adjacente”, pelo preço de 66.555,00 € (sessenta e seis mil quinhentos e cinquenta e cinco euros) já com a redução remuneratória legalmente prevista, acrescido de IVA.-----

DESPACHO

7º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2012

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 7ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, com reforço de verbas no montante 1.830.00,00,00€ (um milhão, oitocentos e trinta mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 5 de junho de 2012

O Presidente,

Castro Fernandes



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2012

MODIFICAÇÃO N.º 7

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º5

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO N.º 5

junho 2012

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2012 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 5		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020209		Comunicações	138.000,00	20.000,00	
02	020219		Assistencia tecnica	145.000,00	70.000,00	
02	020220		Outros trabalhos especializados	930.000,00	150.000,00	
02	020224		Encargos cobrança receitas	215.000,00	400.000,00	
02	020225		Outros serviços	960.000,00	100.000,00	
02	040301		Estado	23.500,00	100.000,00	
02	040701		Instituições sem fins lucrativos	1.305.000,00	100.000,00	
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	6.601.000,00		940.000,00
02	07010301		Instalações serviços	3.802.575,44	40.000,00	
02	07010302		Instalações desportivas e recreativas	1.672.247,38	35.000,00	
02	07010305		Escolas	3.958.312,17		165.000,00
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.005.762,79	110.000,00	
02	07010404		Illuminacção pública	402.253,33		20.000,00
02	08010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	585.000,00		500.000,00
02	080701		Instituições sem fins lucrativos	920.000,00	500.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					1.625.000,00	1.625.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 5		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010302	2002 I 56	ARRANJOS ENVOLVENTES POLIDESPORTIVO E CONSTRUÇÃO G	1.000,00	35.000,00	
02	07010401	2009 I 7	ESTRUTURA VIÁRIA ENVOLVENTE ROTUNDA A41/VARIANTE E	10.000,00	90.000,00	
02	07010401	2009 I 28	ADAPTAÇÃO SEQUEIRO E CASA QUINTA ESCOLA AGRÍCOLA C	1.461.000,00		20.000,00
02	07010305	2009 I 39	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO P	132.674,17		95.000,00
02	07010305	2009 I 40	CONSTRUÇÃO, AMPL. E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO PROTO	291.791,52		70.000,00
02	07010301	2010 I 35	FÁBRICA TELES - IMOD - INCUBADORA MODA E DESIGN	2.687.358,84	40.000,00	
02	07010404	2010 I 36	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E RED	302.621,00		20.000,00
02	07010401	2012 I 13	BENEFICIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA R	600.000,00	40.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					205.000,00	205.000,00
Total Geral :					1.830.000,00	1.830.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 7	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 5	DO ANO CONTABILISTICO DE 2012	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		CÂMARA MUNICIPAL	29.663.651,11	1.625.000,00	1.625.000,00	29.663.651,11
	02	Aquisições bens serviços	2.388.000,00	740.000,00		3.128.000,00
	0202	Aquisição serviços	2.388.000,00	740.000,00		3.128.000,00
	020209	Comunicações	138.000,00	20.000,00		158.000,00
	020219	Assistencia tecnica	145.000,00	70.000,00		215.000,00
	020220	Outros trabalhos especializados	930.000,00	150.000,00		1.080.000,00
	020224	Encargos cobrança receitas	215.000,00	400.000,00		615.000,00
	020225	Outros serviços	960.000,00	100.000,00		1.060.000,00
	04	Transferencias correntes	1.328.500,00	200.000,00		1.528.500,00
	0403	Administração central	23.500,00	100.000,00		123.500,00
	040301	Estado	23.500,00	100.000,00		123.500,00
	0407	Instituições sem fins lucrativos	1.305.000,00	100.000,00		1.405.000,00
	040701	Instituições sem fins lucrativos	1.305.000,00	100.000,00		1.405.000,00
	05	Subsidios	6.601.000,00		940.000,00	5.661.000,00
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	6.601.000,00		940.000,00	5.661.000,00
	050101	Públicas	6.601.000,00		940.000,00	5.661.000,00
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	6.601.000,00		940.000,00	5.661.000,00
	07	Aquisição bens capital	17.841.151,11	185.000,00	185.000,00	17.841.151,11
	0701	Investimentos	17.841.151,11	185.000,00	185.000,00	17.841.151,11
	070103	Edifícios	9.433.134,99	75.000,00	165.000,00	9.343.134,99
	07010301	Instalações serviços	3.802.575,44	40.000,00		3.842.575,44
	07010302	Instalações desportivas e recreativas	1.672.247,38	35.000,00		1.707.247,38
	07010305	Escolas	3.958.312,17		165.000,00	3.793.312,17
	070104	Contruções diversas	8.408.016,12	110.000,00	20.000,00	8.498.016,12
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.005.762,79	110.000,00		8.115.762,79
	07010404	Iluminacao pública	402.253,33		20.000,00	382.253,33
	08	Tranferencias capital	1.505.000,00	500.000,00	500.000,00	1.505.000,00
	0801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	585.000,00		500.000,00	85.000,00
	080101	Publicas	585.000,00		500.000,00	85.000,00
	08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	585.000,00		500.000,00	85.000,00
	0807	Instituições sem fins lucrativos	920.000,00	500.000,00		1.420.000,00
	080701	Instituições sem fins lucrativos	920.000,00	500.000,00		1.420.000,00
TOTAL ...			29.663.651,11	1.625.000,00	1.625.000,00	29.663.651,11
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				940.000,00	940.000,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				685.000,00	685.000,00	

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS																
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 7 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2012 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 5 DATA DE APROVAÇÃO																
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUINTE				
						ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO				ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE
2.		Funções sociais				1.996.465,69	1.996.465,69		1.057.340,04	-60.000,00		60.000,00		1.936.465,69	1.936.465,69		4.067.340,04	50.000,00
2.1.		Educação				824.465,69	824.465,69		1.688.000,00	-165.000,00		165.000,00		259.465,69	259.465,69		1.853.000,00	
2.1.1.		Ensino não superior				824.465,69	824.465,69		1.688.000,00	-165.000,00		165.000,00		259.465,69	259.465,69		1.853.000,00	
2.1.1.1.	06	2009 I 39	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO PROTOCOLO TRANSFERÊNCIAS COMPETÊNCIAS - EB2/3 S. ROSENDO - SANTO TIRSO	DPH/DOM	02	07010305	132.674,17	132.674,17	992.000,00	-95.000,00		95.000,00		37.674,17	37.674,17		1.087.000,00	
2.1.1.1.	07	2009 I 40	CONSTRUÇÃO, AMPL. E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO PROTOCOLO TRANSFERÊNCIAS COMPETÊNCIAS - EB2/3 VILA DAS AVES	DPH/DOM	02	07010305	291.791,52	291.791,52	696.000,00	-70.000,00		70.000,00		221.791,52	221.791,52		766.000,00	
2.4.		Habituação e serviços colectivos				110.000,00	110.000,00		1.834.340,04	90.000,00		-90.000,00		200.000,00	200.000,00		1.694.340,04	50.000,00
2.4.2.		Ordenamento do território				110.000,00	110.000,00		1.834.340,04	90.000,00		-90.000,00		200.000,00	200.000,00		1.694.340,04	50.000,00
2.4.2.1.	05	2009 I 7	ESTRUTURA VIÁRIA ENVOLVENTE NOTONDA A11/VARIANTE ENTO E VALE PISÃO - ÁGUA LONGA	DPH/DOM			110.000,00		1.834.340,04	-90.000,00		-90.000,00		200.000,00	200.000,00		1.694.340,04	50.000,00
2.4.2.2.	05	2009 I 7		02	07010401			10.000,00		90.000,00					100.000,00			
2.4.2.3.	05	2009 I 7		02	070101			100.000,00							100.000,00			
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos				1.462.000,00	1.462.000,00		535.000,00	15.000,00		-15.000,00		1.477.000,00	1.477.000,00		520.000,00	
2.5.1.		Cultura				1.461.000,00	1.461.000,00		410.000,00	-20.000,00		20.000,00		1.441.000,00	1.441.000,00		430.000,00	
2.5.1.1.	02	2009 I 28	ADAPTAÇÃO SEQUEIRO E CASA QUINTA ESCOLA AGRÍCOLA CONDE S. BENTO-SANTO TIRSO	DPH/DOM	02	07010401	1.461.000,00	1.461.000,00	410.000,00	-20.000,00		20.000,00		1.441.000,00	1.441.000,00		430.000,00	
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer				1.000,00	1.000,00		125.000,00	35.000,00		-35.000,00		36.000,00	36.000,00		90.000,00	
2.5.2.1.	15	2002 I 56	ARRANJOS ENVOLVENTES POLIDESPORTE E CONSTRUÇÃO GARAGEM E BALNEÁRIOS - AGRELA	DPH/DOM	02	07010302	1.000,00	1.000,00	125.000,00	35.000,00		-35.000,00		36.000,00	36.000,00		90.000,00	
3.		Funções económicas				3.589.979,84	3.589.979,84		837.249,44	60.000,00		-60.000,00		3.649.979,84	3.649.979,84		377.249,44	500.000,00
3.2.		Indústria e energia				2.989.979,84	2.989.979,84		437.249,44	20.000,00		-20.000,00		3.009.979,84	3.009.979,84		417.249,44	
3.2.1.	01	2010 I 35	FÁBRICA TILES - IMOD - INCORPORADA MODA E DESIGN	DPH/DOM	02	07010301	2.687.358,84	2.687.358,84	68.000,00	40.000,00		-40.000,00		2.727.358,84	2.727.358,84		28.000,00	
3.2.2.	02	2010 I 36	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DPH/DOM	02	07010404	302.621,00	302.621,00	369.249,44	-20.000,00		20.000,00		282.621,00	282.621,00		389.249,44	
3.3.		Transportes e comunicações				600.000,00	600.000,00		500.000,00	40.000,00		-40.000,00		640.000,00	640.000,00		-40.000,00	500.000,00
3.3.1.		Rede viária urbana e rural				600.000,00	600.000,00		500.000,00	40.000,00		-40.000,00		640.000,00	640.000,00		-40.000,00	500.000,00
3.3.1.1.	006	2012 I 13	BENEFICIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	DOM	02	07010401	600.000,00	600.000,00	500.000,00	40.000,00		-40.000,00		640.000,00	640.000,00		-40.000,00	500.000,00
TOTAL ...						5.586.445,53	5.586.445,53		4.994.589,48					5.586.445,53	5.586.445,53		4.444.589,48	550.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 13 Fl. 9
27 de junho de 2012

9

d) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração:-----

REUNIÃO DE CÂMARA DE 27 DE JUNHO DE 2012

Período de antes da Ordem do Dia

Reforma do Poder Local

10



Como é do domínio público, foi já promulgada a Lei 22/2012 que estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica, que define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo.

Esta lei consagra a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias e regula e incentiva à reorganização administrativa do território dos municípios.

Todos sabemos que a “redução substancial”, aliás como recentemente noticiou o JN a propósito das afirmações do ex-ministro Silva Pereira num debate em Vila Real, promovido pela TSF e pelo próprio jornal, resultou de **“negociações muito duras”**.

Silva Pereira, homem forte do governo socialista de José Sócrates, foi quem liderou as negociações com os nossos parceiros internacionais, também conhecidos pela troika, cuja ajuda financeira resgatou Portugal da bancarrota, fruto dos devaneios, da incompetência e da irresponsabilidade daqueles que governaram o nosso País nos últimos anos. O ex-governante socialista foi claro, no supra referido debate, quando afirmou que “A ideia que a troika trazia era muito clara: acabar com metade das autarquias (passariam a ser cerca de 150) e reduzir para um terço as freguesias (ficariam apenas 1420 das 4.259 existentes)”.

“Redução substancial” foi o máximo que conseguiu o governo socialista no memorando de entendimento que acordou com a troika, que obviamente se aplica às freguesias.

Ao contrário do que alguns defendem, a troika sabia muito bem o que eram e o que são freguesias. Acaso não soubessem, o ex-ministro Silva Pereira, nas tais “negociações muito duras” de que falou, seguramente

teria explicado aos representantes da troika, o que eram e para que servem as freguesias.

Importa, no entanto, avivar a memória daqueles que teimam em diabolizar a reforma administrativa do país, sem darem qualquer contributo válido, que foi o então ex-Secretário de Estado da Administração Local do último governo socialista, José Junqueiro, ainda antes de José Sócrates pedir auxílio aos nossos parceiros internacionais, quem introduziu na agenda política a extinção ou fusão (como também lhe chamou) de freguesias. Como exemplos, o ex-Secretário de Estado revelou alguns números da realidade nacional dizendo que "nas atuais 4259 freguesias do País, temos hoje 153 com menos de 150 eleitores e 1.639 com 151 a 600 eleitores. Desempenham atualmente funções, 13.263 eleitos nas juntas de freguesia e 34.697 nas respetivas assembleias de freguesia. Já nos 308 municípios portugueses contamos hoje 2.016 eleitos, a que se somam 6.419 nas assembleias municipais e 4.064 presidentes de junta". Para José Junqueiro "estes números demonstram a complexidade da organização local, o que torna possível existirem no nosso país concelhos com 179 deputados municipais".

Qualquer que fosse o governo saído das últimas eleições legislativas, estava obrigado a cumprir os compromissos com os quais o Estado português se comprometeu. É verdade que alguns agora tentam assobiar para o lado. É verdade que também ninguém os ouviu quando o anterior governo assinou o acordo com a troika, e assumiu um conjunto de reformas que agora outros têm que promover e concretizar. É verdade que ninguém os ouviu quando José Junqueiro lançou o tema da extinção de freguesias. É verdade que não se deram ao trabalho de passear-se pelas freguesias com afirmações que apenas pretendiam distorcer a realidade e "intoxicar" a opinião pública.

Para alguns, aquela que deveria ser uma reforma pacífica e com o envolvimento responsável dos autarcas e das populações, mais não é do que uma arma de arremesso partidário.

O documento verde, que lançou o debate na sociedade portuguesa, sofreu um conjunto de mutações, fruto dos muitos contributos recolhidos

e que encontraram acolhimento na maioria parlamentar que suporta o governo. Nesse documento, diga-se em abono da verdade, com uma matriz excessivamente rígida, o concelho de Santo Tirso ficaria reduzido a 13 freguesias, o que significa que teria que reduzir 11 das ²⁴atuais. Só as freguesias de Vila das Aves e de Vilarinho cumpriam os parâmetros e por isso não tinham que agregar. Com as restantes 22 freguesias poderia fazer-se várias simulações. Alguns, para "assustar" as populações, faziam até as mais inimagináveis.

O documento verde evoluiu para a Lei 22/2012. As alterações produzidas em alguns dos parâmetros remeteram o concelho de Santo Tirso para o nível 2 e reduziu a percentagem de freguesias a agregar, passando de 55% para 50% no que respeita a freguesias no lugar urbano, e de 35% para 30% das restantes freguesias.

Com a atual lei, e sem utilizar a majoração prevista no n.º 1 do Art.º 7º do referido diploma, o concelho de Santo Tirso ficará reduzido a 15 freguesias, agregando 9.

A lei foi promulgada! E agora, perguntam os Tirsenses? O que pretende fazer a autarquia?

Na opinião do PSD, a Câmara deverá apresentar uma proposta devidamente fundamentada, elaborada com fundamentos técnicos e políticos e conformada com os princípios orientadores da Lei 22/2012, exercendo a iniciativa para a deliberação prevista no n.º 1 do artº 11º da referida Lei. A proposta deverá ser remetida ao presidente da Assembleia Municipal, para que aquele órgão possa exercer o seu dever de pronúncia, conforme plasmado no n.º 1 do Art.º 11 da Lei 22/2012, ponderando os pareceres entretanto recebidos das assembleias de freguesia.

Só a Câmara Municipal tem recursos técnicos para emitir uma proposta que permita que o concelho beneficie da majoração prevista no n.º 1 do Art.º 7º (até 20% inferior ao número global de freguesia a reduzir), ou seja 2, o que implica uma redução de apenas 7 freguesias, ficando o concelho com 17. O mesmo se aplica quando em causa está a possibilidade de adotar proporções diferentes das consagradas no n.º 1 do Art.º 6º (50%

no que respeita a freguesias no lugar urbano, e 30% para restantes freguesias).

O Senhor Presidente da Câmara, numa visita recente à freguesia de Vila das Aves, produziu a seguinte afirmação: **“Sou claramente contra a fusão de Vila das Aves com outras freguesias”**. Pois bem, está nas suas mãos a possibilidade da freguesia de Vila das Aves não agregar, desde que a Câmara faça o que deve, e apresente uma proposta devidamente fundamentada, que defenda a possibilidade daquele freguesia continuar sozinha. Como diz o ditado popular “de boas intenções está o inferno cheio”

O Senhor Presidente, enquanto máximo responsável pelo concelho, tem que ser consequente com o que publicamente afirma. O Senhor Presidente e a maioria que suporta a Câmara Municipal, não podem limitar-se ao discurso fácil do “somos contra”, porventura as palavras mais utilizadas por V. Exs. nos últimos meses.

Os Avenses e os Tirsenses em geral, não querem apenas saber a opinião do Senhor Presidente. Os Avenses e os Tirsense em geral exigem daqueles que foram mandatados para gerir o concelho uma atitude proactiva e ações concretas que defendam os melhores interesses do concelho e das populações.

Se V. Exs. não apresentarem uma proposta técnica e sustentada dentro dos princípios orientadores da Lei 22/2012, que permita a melhor pronúncia por parte da AM, estarão a demitir-se das responsabilidades que assumiram perante os Tirsenses.

Mais se V. Exs. nada fizerem, estarão a passar para a Unidade Técnica aquele que é a vossa responsabilidade, com todas as implicações que daí decorrem.

V. Exs. sabem muito bem, que no caso de não pronuncia pela AM ou da sua desconformidade, caberá à Unidade Técnica desencadear o processo de agregação.

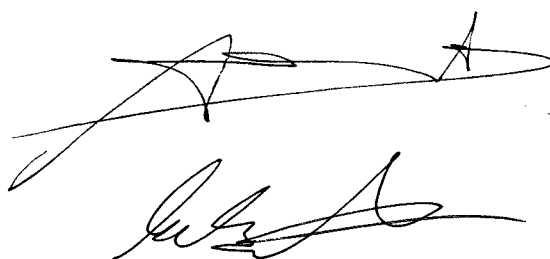
V. Exs. têm perfeita consciência de que, no caso de ser a Unidade Técnica a conduzir o processo de agregação, as novas freguesias não poderão aceder à majoração de 15% do Fundo de Financiamento das Freguesias até ao final do mandato seguinte à agregação.

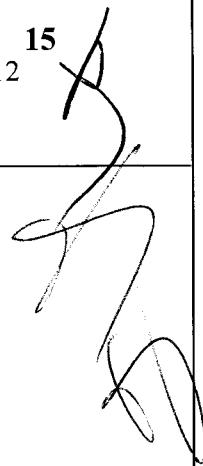
V. Exs. têm perfeita consciência de que, no caso de ser a Unidade Técnica a conduzir o processo de agregação, o concelho não poderá beneficiar da redução até 20% do número de freguesias a reduzir (n.º 1 do Art.º 7.º).

V. Exs. têm perfeita consciência de que, no caso de ser a Unidade Técnica a conduzir o processo de agregação, o concelho não poderá beneficiar da possibilidade de adotar proporções diferentes das consagradas no n.º 1 do Art.º 6.º (50% no que respeita a freguesias no lugar urbano, e 30% para restantes freguesias).

V. Exs. têm perfeita consciência de que, no caso de ser a Unidade Técnica a conduzir o processo de agregação, os princípios orientadores que são facultativos, passarão a vinculativos.

Terminamos, Senhor Presidente, dizendo-lhe "olhos nos olhos" que não chega "ser do contra". A maioria socialista, que gere o concelho há mais de 30 anos, não pode lavar as mãos como Pilatos.





Seguidamente pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi dito:-----

“Há muitos meses que vimos chamando a atenção dos munícipes do concelho de Santo Tirso para o perigo que poderia representar para Portugal, e para Santo Tirso, a aprovação da falsa Reforma da Administração Local, vulgo “Documento Verde”, apresentada em vinte e seis de setembro de dois mil e doze.-----

Começamos por reafirmar que uma verdadeira reforma terá de começar pela regionalização e não pelo ataque ao elo mais fraco do poder local, as freguesias.-----

Recordo também que o memorando da Troika foi assinado pelo Governo e também pelo PSD e pelo CDS.-----

E recordo ainda que quem afirmou que a Troika entendia que o conceito de freguesia era confundido com o conceito de município na proposta apresentada foi o insuspeito presidente da ANAFRE que nunca foi desmentido pela Troika. Todos sabemos que Portugal é um país singular onde existem a freguesia – autarquia e o município – autarquia. Ora este modelo não existe em muitos países da Europa como a Espanha, com mais de oito mil municípios, ou a França, com mais de trinta mil municípios.-----

Ora esta versão da Troika foi também confirmada pelo insuspeito presidente da ANMP depois de uma reunião havida entre representantes das duas entidades.-----

É bom que se saiba que a percentagem de despesa pública representada pelas freguesias em Portugal é de 0,098%, o que demonstra bem o caricato de procurar reduzir despesa onde esta é já reduzidíssima.-----

Recordo que quando os senhores vereadores falam do ex-secretário de estado da administração local esquecem-se que este se limitou a abrir o debate sobre o assunto na generalidade sem apresentar qualquer proposta precipitada que já vai na enésima alteração fruto das pressões políticas conjunturais oriundas de todos os setores incluindo o próprio partido que está na base de

uma proposta que foi feita a correr e não acautelou o futuro e originou os protestos público que conhecem (Congresso da ANAFRE de dezembro/2011, manifestação nacional com duzentas mil pessoas, manifestações distritais e mais recentemente manifestações concelhias).-----

Introduziu-se na discussão um tema fraturante que só veio criar divisões entre o Poder Central e o Poder Local e veio extremar posições quando os verdadeiros problemas de Portugal não são resolvidos (desemprego, educação, saúde, justiça, segurança social, etc. etc.).-----

As posições que sempre defendemos em Santo Tirso é que não há qualquer razão para a redução do número de freguesias no concelho de Santo Tirso. As freguesias em Santo Tirso têm identidade cultural, histórica, religiosa e socioeconómica.-----

Fundir ou extinguir freguesias é um erro histórico em Santo Tirso que não tem qualquer impacto ao nível da redução da despesa pública, que não é tudo. Pelo contrário a fusão de freguesias como está provado pode provocar, isso sim, o aumento da despesa pública.-----

Desde outubro de dois mil e onze que vimos afirmando isto publicamente sem qualquer reação por parte dos senhores vereadores do PSD que pelo que ouvimos são pela redução do número de freguesias no concelho de Santo Tirso.-----

Pelo que supomos parecer que a Unidade Técnica político-partidárias do PSD já está a justificar as razões de defesa da proposta governamental que, possuindo bases tão pouco sólidas, necessita destes apoios tão pouco fundamentados.-----

Os senhores vereadores do PSD falam muito da Unidade Técnica da proposta de lei só não dizem das razões pelas quais a mesma não foi ainda institucionalizada e vamos recordar o que está a acontecer. Em primeiro lugar a Presidente da Assembleia da República recusou-se a nomear a referida Unidade e defende a eleição em plenário e por outro, mais grave, a ANAFRE recusa-se a nomear o seu representante na Unidade Técnica e a ANMP decidiu ontem mesmo no seu Conselho Diretivo não nomear ninguém para a referida Unidade Técnica.-----

Isto afere da irresponsabilidade de uma legislação onde os representantes máximos das

freguesias e dos municípios neste país entendem não dever participar numa “fantochada mais troikista que a própria troika”.-----

Por isso mesmo já várias freguesias entenderam tomar posição pública em Santo Tirso.---

E não foi só a Vila das Aves cuja assembleia de freguesia refutou por unanimidade a fusão com qualquer outra freguesia.-----

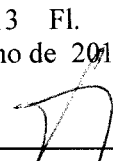
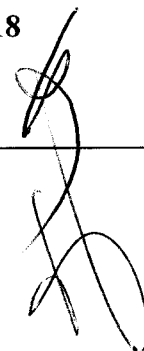
Também outras freguesias como S. Tomé de Negrelos, Roriz, etc. etc decidiram tomar posições públicas contra a fusão. Como se compreende que freguesias elevadas a Vilas pela Assembleia da República venham agora a ser extintas num processo que nada tem de Reforma Administrativa?-----

Se se queria a redução da despesa da Administração Local deveria então avançar-se para a redução do número de municípios. Como se compreende que o PSD venha agora falar em redução de freguesias quando há pouco mais de dez anos aprovou na Assembleia da República a divisão do concelho de Santo Tirso em dois concelhos numa decisão que foi considerada ilegal pelos tribunais e pelo próprio Tribunal Constitucional?-----

Uma decisão ilegal que o próprio PSD quis fazer avançar para Canas de Senhorim e depois recuou.-----

Que moralidade política tem o PSD quando vem contrapor com fatores de majoração e possibilidades de benefícios quando os órgãos eleitos não têm peso nenhum na decisão nem a assembleia municipal, em que o parecer não é vinculativo, nem a câmara municipal que não pode enviar diretamente nenhuma proposta à Assembleia da República e muito menos as freguesias cujo parecer é completamente desconsiderado.-----

Este Governo do PSD e do CDS está a fazer o maior ataque à autonomia do Poder Local em Portugal como o reconheceu recentemente o Conselho Geral da ANMP, com representante de todos os partidos, que tendo em conta a recente legislação sobre os compromissos, os cortes no QREN e muitas outras medidas de ataque ao Poder Local decidiu convocar um Congresso

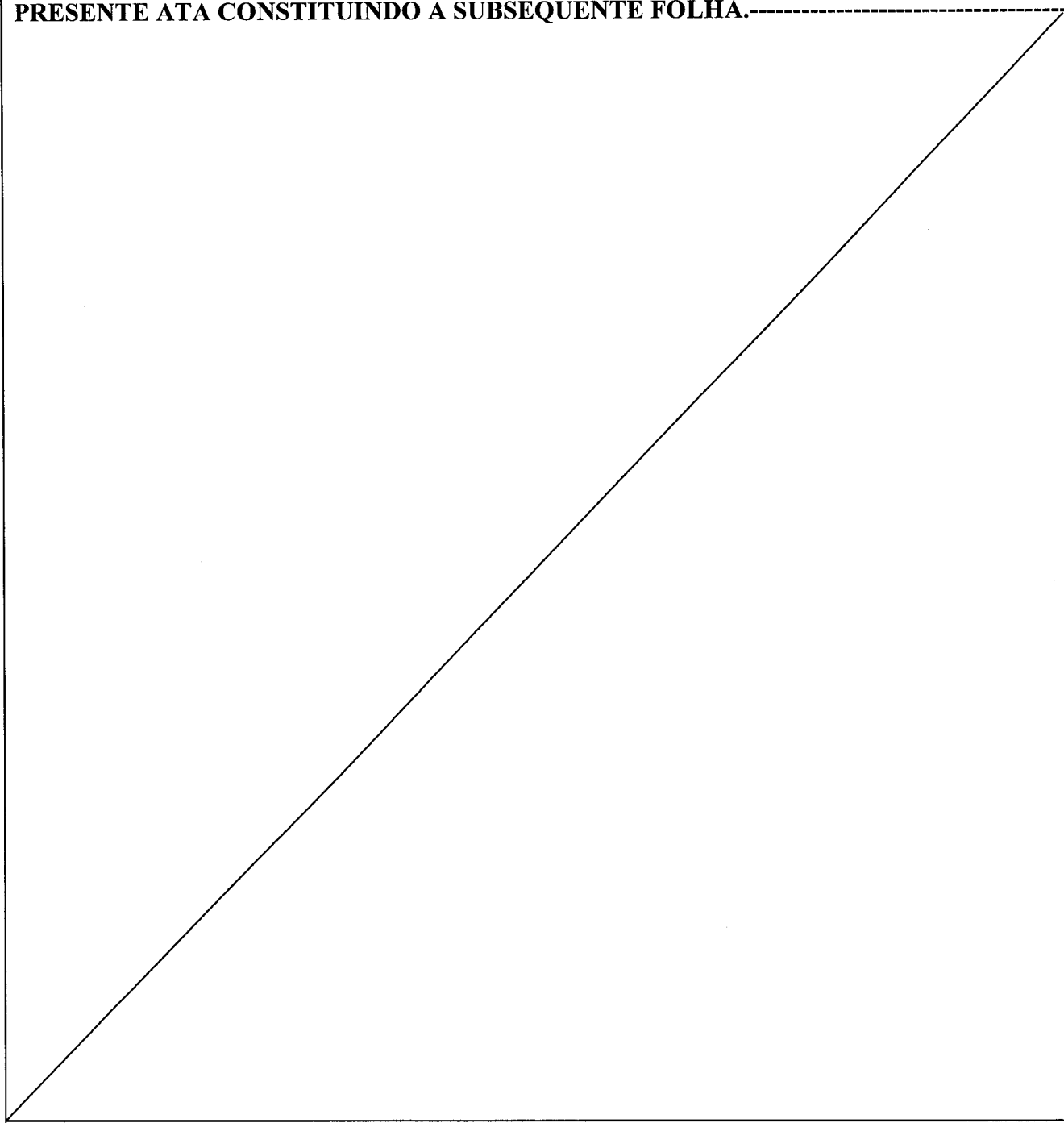
Nacional para setembro onde os municípios e as freguesias vão poder defender e apresentar, mais uma vez, propostas concretas para:-----

- Autonomia do Poder Local;-----
- Lei das Finanças Locais;-----
- Reorganização Territorial do Estado.”-----



[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

20

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27/JUNHO/2012 – ATA Nº 13

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (06/06/2012)
- 2 – Assunção de compromissos plurianuais: Pedido de autorização prévia genérica à assembleia municipal
- 3 – Regulamento das Feiras Urbanas de Artesanato, Colecionismo e Antiguidades: Aprovação
- 4 – Requerimentos da sociedade Casfil – Indústria de Plásticos, S.A. – Pedido de declaração do município de aceitação de benefícios fiscais em sede de IMT e IMI
- 5 – Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo: Pedido de cedência de terreno para construção do edifício sede
- 6 – Ocupação temporária de um terreno no lugar do Ribeiro, freguesia de Refojos para execução da empreitada denominada “Beneficiação de muros de suporte na E.M. – 558 – 2 – Refojos”: Pagamento de indemnização
- 7 – Proposta de atribuição de subsídios para colónias de férias – 2011/2012 – 1ª fase
- 8 – Outros subsídios
- 9 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
- 10 – Processos de obras particulares e loteamentos

Santo Tirso, 22 de junho de 2012

A Vice-Presidente,



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (06/06/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia seis do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----



2. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

A alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, prevê que *“A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projeto de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal”*;-----

Considerando que o artigo 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, que veio contemplar as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, doravante abreviadamente designada por LCPA (a referida Lei 8/2012), estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;-----

Considerando que no momento da aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, quer da câmara municipal, quer dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, aprovados pela assembleia municipal em dezanove de dezembro de dois mil e onze, não se encontrava em vigor a supracitada legislação, existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à assembleia municipal, de modo a simplificar e agilizar os procedimentos geradores de compromissos plurianuais para o município, tendo em conta as definições constantes das alíneas a) e b) do artigo 3º da LCPA;-----

Considerando que parte do artigo 22º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, foi revogado pela LCPA (artigo 13º);-----

Considerando que resultava dessa norma legal que *“a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação*

[Handwritten signature]

com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da assembleia municipal, salvo quando:-----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.”-----

Considerando que o n.º 2 do artigo 11º do referido Decreto-Lei 127/2012, prevê que na Administração Central a autorização para a assunção de encargos plurianuais possa ser dada mediante despacho genérico;-----

Considerando que não se vislumbram razões para não ser adotar uma solução idêntica à preconizada para a Administração Central, tanto mais que na administração local o órgão deliberativo só reúne ordinariamente cinco vezes no ano, sendo que a realização de reuniões extraordinárias da assembleia municipal sempre que se mostre necessário proceder à abertura de procedimento que dê lugar a compromissos plurianuais é geradora de despesas, contrariando o espírito de toda a legislação recentemente produzida em matéria de despesas publicas, que tem como grande objetivo a redução de despesa;-----

Face ao exposto propõe-se:-----

1. Que a câmara municipal delibere solicitar autorização genérica à assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da referida Lei 8/2012, para assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal ou pelos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, nos casos seguintes:-----

a) Os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das respetivas Grandes Opções do Plano aprovadas pela assembleia municipal em dezanove de dezembro último;---

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao



[Handwritten signature]

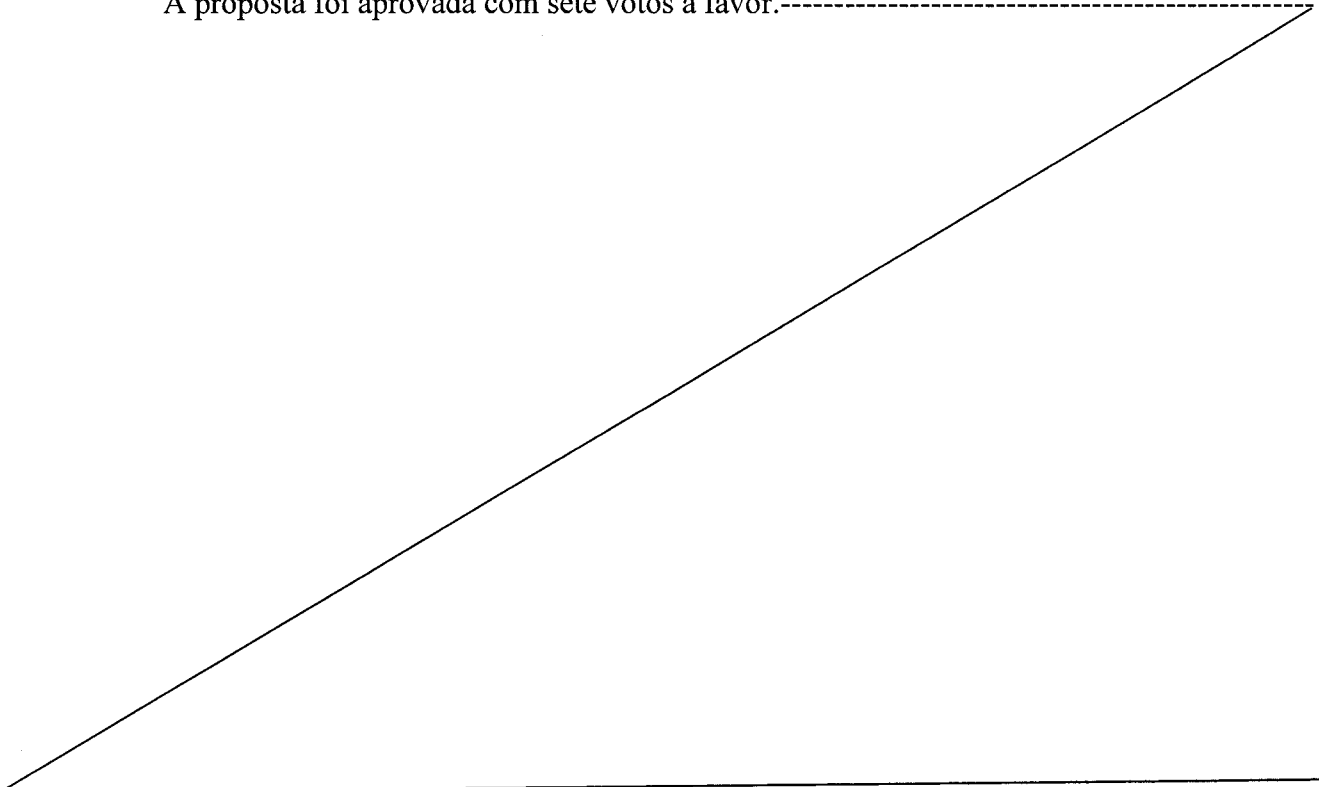
da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

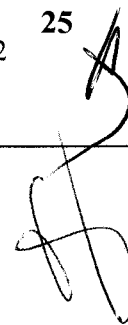
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstas na LCPA, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

3. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se quer à Câmara Municipal quer aos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzidos efeitos a partir de vinte e dois de fevereiro de dois mil e doze.-----

4. Em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





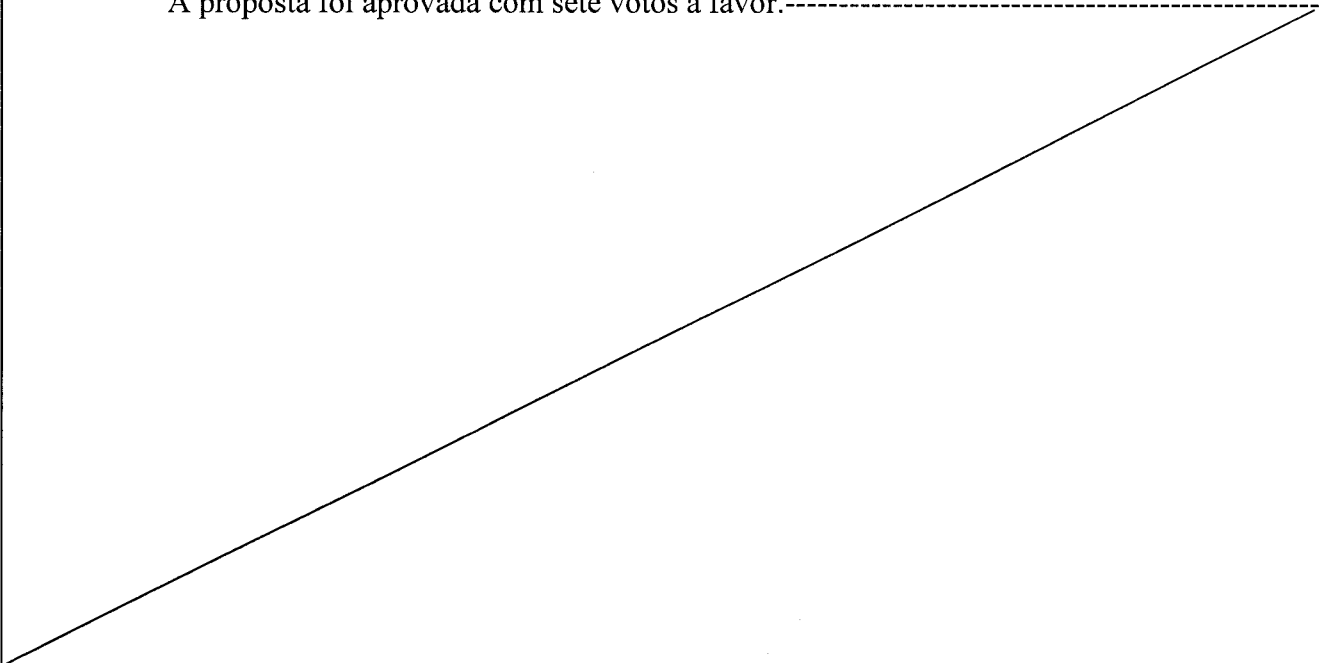
3. REGULAMENTO DAS FEIRAS URBANAS DE ARTESANATO, COLECIONISMO E ANTIGUIDADES: APROVAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dezoito do corrente mês de junho, registada com o número II_0685/2012, a informar que no período de inquérito público relativo ao projeto de regulamento acima referido, aprovado pela câmara municipal em reunião de vinte e três de maio findo, (item cinco da respetiva ata), não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões de alterações.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a proposta de regulamento que se anexou à minuta da presente ata da reunião e dela ficou a fazer parte integrante, o que constituiu o anexo I da mesma, composto por nove folhas, apenas utilizadas no anverso, e pela planta da área da localização das feiras urbanas, referida no artigo 4º do mesmo, e remeter para a assembleia municipal para aprovação.-----

O referido regulamento entra em vigor no 15º dia posterior ao da respetiva publicação no Diário da República.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





4. REQUERIMENTOS DA SOCIEDADE CASFIL – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A. – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACEITAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM SEDE DE IMT E IMI.-----

Presentes requerimentos de vinte e seis de março último, da sociedade CASFIL – Indústria de Plásticos, S.A., pessoa coletiva número 501 170 952, com sede na rua Ponte da Pinguela, n.º 265, Vila das Aves, registados no Sistema de Gestão Documental com os números três mil duzentos e quatro, e três mil duzentos e seis, a requerer que a câmara municipal declare que aceita a concessão dos benefícios fiscais previstos na alíneas b) e c) do artigo 16º do Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo Decreto-Lei 249/2009, de vinte e três de setembro, ou seja, isenção ou redução do imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativamente aos prédios utilizados pela entidade na atividade a desenvolver no quadro do projeto de investimento e isenção ou redução de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), relativamente aos imóveis adquiridos pela entidade, destinados ao exercício da sua atividade desenvolvida no âmbito do projeto de investimento.-----

O expediente vem informado pela Diretora do Departamento Administrativo (informação II_0672/2012, de catorze do corrente mês de junho) e pelo Dr. Rui Rosário, consultor da câmara municipal na área financeira, conforme informação de quinze do mesmo mês, que aqui se dão por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

O projeto de investimento a ser desenvolvido pela sociedade CASFIL – Indústria de Plásticos, S.A., conforme consta do pedido de informação prévia registado nesta câmara municipal com o número 394/11-INFRE, ficará localizado no lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, deste concelho, enquadra-se na indústria transformadora, correspondendo ao CAE 22210 – fabricação de chapas, folhas e perfis de plástico (produto final) e ao CAE 22220 – fabricação de embalagens de plásticos (produto final), estando previsto um investimento global de

40.958.514,50 € (quarenta milhões novecentos e cinquenta e oito mil quinhentos e catorze euros e cinquenta cêntimos) e a criação de oitenta postos de trabalho até dezembro de dois mil e dezoito;-----

Para o desenvolvimento do projeto de investimento, a requerente irá adquirir um terreno no referido lugar da Ermida, com a área de 63.979,90 m² (sessenta e três mil novecentos e setenta e nove virgula e noventa metros quadrados), onde irá construir um edifício destinado ao desenvolvimento daquela atividade industrial, edifício esse constituído por um piso, com uma área administrativa de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) e uma área industrial com 26.050 m² (vinte e seis mil e cinquenta metros quadrados);-----

A referida informação prévia apresentada na câmara municipal foi aprovada favoravelmente;-----

O referido projeto de investimento desenvolverá uma atividade que contribuirá para a diversificação das atividades económicas do concelho, atualmente ainda bastante dependente do setor têxtil;-----

Considerando a atual conjuntura da economia e do emprego, quer a nível nacional quer a nível municipal, o investimento é de inegável e especial interesse para o desenvolvimento do município;-----

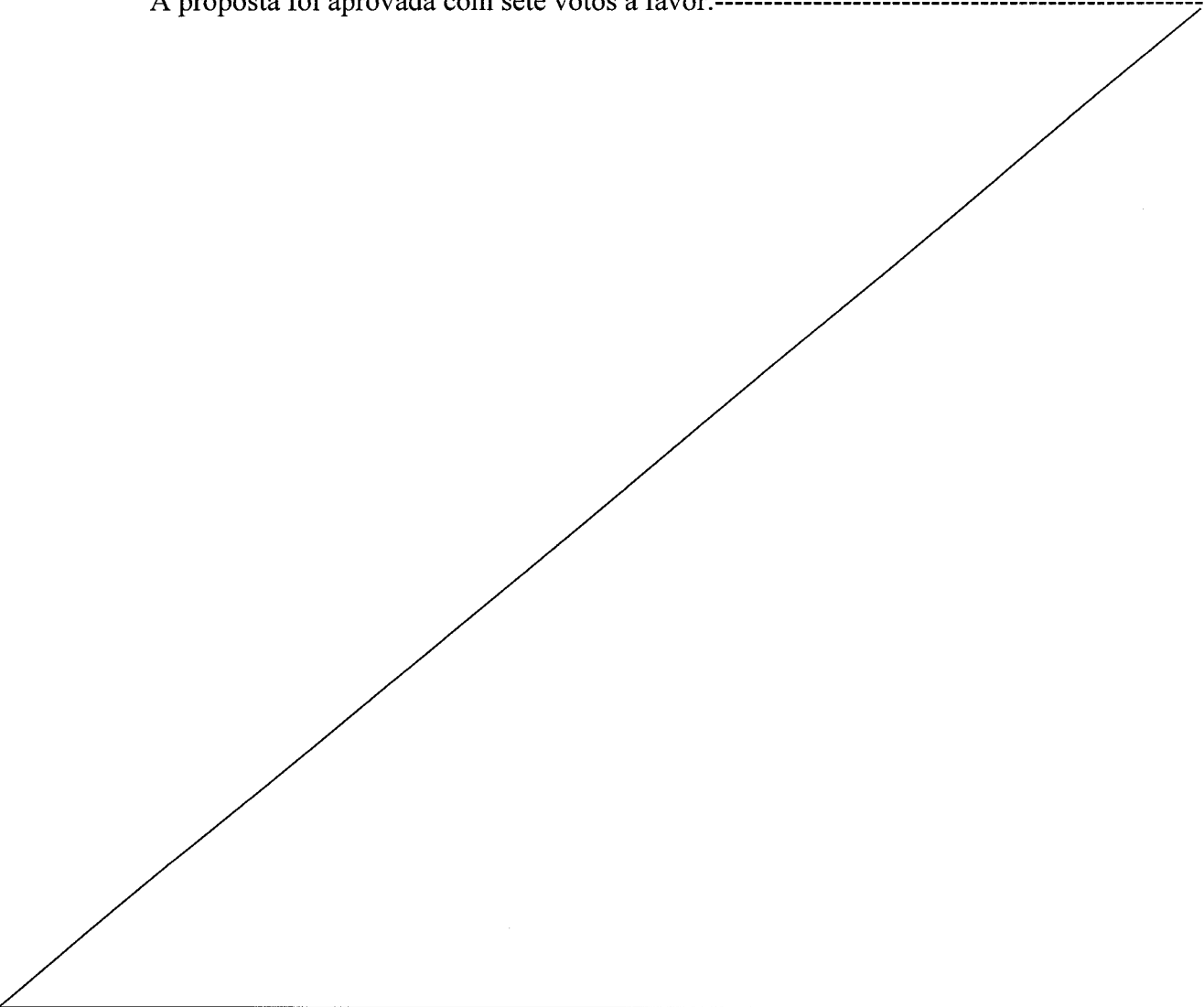
A quantificação das receitas do município com os correspondentes imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e imposto municipal sobre imóveis (IMI) apenas poderia ser feita, neste momento, por “grosseira” aproximação, já que não são ainda conhecidas algumas das variáveis necessárias para o seu calculo;-----

Contudo, os ganhos obtidos com a concretização do investimento, quer a nível económico, quer a nível social, nomeadamente com a criação de postos de trabalho, justificam a isenção do IMT e IMI.-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal, para efeitos do disposto no artigo 7º do Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo DL

249/2009, de 23 de setembro, que delibere declarar que o município de Santo Tirso aceita que a sociedade CASFIL – Indústria de Plásticos, S.A. beneficie de isenção total do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) relativamente ao(s) imóvel(is) a adquirir destinado(s) ao exercício daquela atividade industrial a desenvolver no âmbito do projeto de investimento em causa e beneficie também de isenção total do imposto municipal sobre imóveis (IMI), relativamente ao(s) prédio(s) utilizado(s) na atividade desenvolvida no âmbito do mesmo projeto de investimento, pelo prazo de cinco anos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



5. GRUPO FOLCLÓRICO DE S. MARTINHO DO CAMPO: PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE.-----

Presente ofício de dezanove de maio findo, do Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo, registado com o número cinco mil duzentos e vinte e sete, a solicitar a cedência de um terreno para construção de um edifício destinado à sede social daquela associação cultural.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

O Grupo Folclórico de São Martinho do Campo, fundado em 23 de abril de 1957, na freguesia de S. Martinho do Campo, do concelho de Santo Tirso, é membro da Federação do Folclore Português, tendo desenvolvido ao longo dos anos um trabalho todo ele vocacionado para a procura das raízes do verdadeiro folclore da região de Entre-Douro e Minho, contribuindo dessa forma para as transmitir às gerações vindouras e dá-las a conhecer ao mundo;-----

Para além do folclore, esta coletividade alia o carácter das tradições com a versatilidade da ação, indo ao encontro de vias indissociáveis da cultura, nomeadamente o teatro, as marchas tradicionais e populares, o canto e as festas regionais.-----

O mérito desta instituição foi já reconhecido por deliberação da câmara municipal de dezoito de abril de dois mil e sete, ao ser-lhe atribuída a Medalha de Mérito Cultural;-----

Para a boa prossecução do seu objeto social a associação carece de um outro edifício para instalação da sua sede, realização de ensaios, reuniões e desenvolvimento de atividades várias;-----

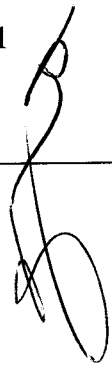
O município de Santo Tirso é proprietário de um terreno sito no lugar de Arnozela ou Quintal, com a área de 1.590 m² (mil quinhentos e noventa metros quadrados) que reúne as características necessárias para a pretendida construção;-----

Face ao exposto, e ao abrigo da competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64º e alínea f) do n.º 1 do mesmo artigo, da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere ceder ao Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo, em regime de direito de superfície, o terreno delimitado na planta junta à minuta da escritura



de cedência de direito de superfície e nos termos dessa minuta, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, ao qual é atribuído o valor de 99.760,00 € (noventa e nove mil setecentos e sessenta euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



6. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE UM TERRENO NO LUGAR DO RIBEIRO, FREGUESIA DE REFOJOS PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA “BENEFICIAÇÃO DE MUROS DE SUPORTE NA E.M. – 558 – 2 – REFOJOS”: PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO.-----

Presente informação de dois de maio findo, da divisão jurídica e do contencioso, registada com o número cinco mil oitocentos e cinquenta e seis, a comunicar que para execução da empreitada denominada “Beneficiação dos muros de suporte na EM 558-2 – Refojos” foi necessário proceder-se à ocupação temporária de uma parcela de terreno com a área de 400 m² (quatrocentos metros quadrados), do prédio rústico sito no lugar do Ribeiro, freguesia de Refojos, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo duzentos e vinte e cinco e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número vinte e três mil duzentos e quarenta e nove, propriedade de António Manuel da Veiga Devesa Gil Ferreira e Maria Manuel da Veiga Devesa Gil Ferreira, ocupação essa que consistiu na colocação de escoramentos e circulação das máquinas necessárias à execução da obra, nomeadamente a reconstrução do muro de suporte que se mostrava em más condições de segurança.

De acordo com avaliação efetuada pelo perito da lista oficial (conforme documento registado no Sistema de Gestão Documental com o número Doc_9255/2011) a prejuízos decorrentes da ocupação temporária do terreno em causa correspondem ao pagamento de uma indemnização no montante de 64,40 € (sessenta e quatro euros e quarenta cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse pagar aos proprietários, do prédio atrás descrito uma indemnização no referido montante global de 64,40 € (sessenta e quatro euros e quarenta cêntimos), cabendo 32,20 € (trinta e dois euros e vinte cêntimos) a cada um dos comproprietários, António Manuel da Veiga Devesa Gil Ferreira e Maria Manuel da Veiga Devesa Gil Ferreira, contribuintes fiscais números 192 021 052 e 182 354 580, respetivamente.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, conforme proposta de cabimento n.º 309/2012, de vinte de janeiro último.-----

[Handwritten signature]

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 590/2012 e 610/2012, de três e seis de fevereiro, respetivamente.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

[A large diagonal line is drawn across the remaining space of the page.]

7. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS/2012 – CRIANÇAS E IDOSOS - 1ª FASE.-----

Presente informação do departamento de educação, desporto e ação social, de dezanove do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e quinze, a sugerir a atribuição de subsídios para colónias de férias.-----

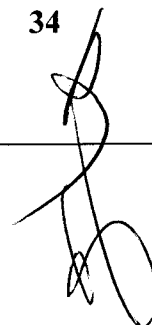
Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças e idosos do concelho;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças; -----

Considerando, finalmente, que a câmara municipal não pode ficar indiferente perante esta realidade social e educativa, devendo, à semelhança de anos anteriores, estimular e apoiar de forma inequívoca as diferentes iniciativas, proponho que a câmara, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, delibere atribuir os subsídios abaixo discriminados, no valor total de 19.690,00 € (dezanove mil seiscentos e noventa euros).-----

- Agrupamento de Escolas do Ave-----1.160,00 € (mil cento e sessenta euros)
- Agrupamento de Escolas de Santo Tirso-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)
- Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo-----430,00 € (quatrocentos e trinta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação Amigos do Jardim de Infância e Escola do 1º Ciclo EB Ribeira -----470,00 € (quatrocentos e setenta euros)
- Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos-----
- 860,00 € (oitocentos e sessenta euros)
- APECIST – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Infantil de Santo Tirso -----



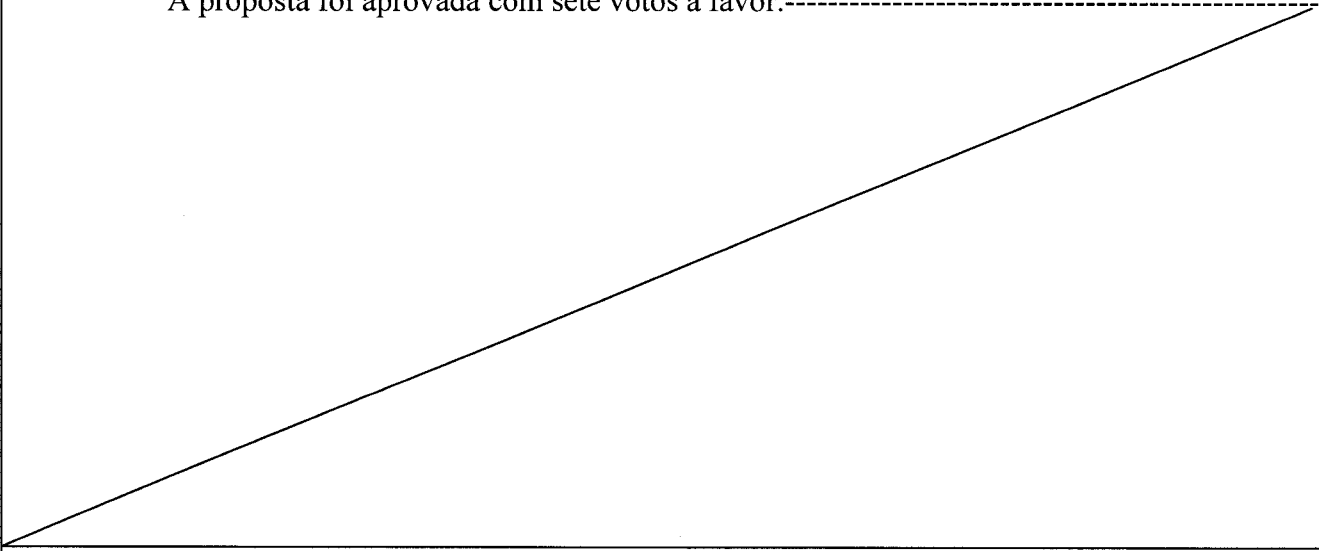
- 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros)
- Freguesia do Couto S. Miguel -----1.300,00 € (mil e trezentos euros)
- Freguesia da Lama-----750,00 € (setecentos e cinquenta euros)
- Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe-----
- 760,00 € (setecentos e sessenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos Lamelas-----
- 680,00 € (seiscentos e oitenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Quelha de São Salvador do Campo-----510,00 € (quinhentos e dez euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola da Reguenga-----
- 1.100,00 € (mil e cem euros)
- Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos-----1.920,00 € (mil novecentos e vinte euros)
- Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso-----580,00 € (quinhentos e oitenta euros)
- Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso-----600,00 € (seiscentos euros)
- Associação de Pais da EB1 de Aldeia Nova Rebordões-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha Burgães-----
- 430,00 € (quatrocentos e trinta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas Primárias de Areias -----
- 690,00 € (seiscentos e noventa euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Campinhos Agrela-----
- 680,00 € (seiscentos e oitenta euros)
- Freguesia de Lamelas-----850,00 € (oitocentos e cinquenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Merouços-----
- 1.600,00 € (mil e seiscentos euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária Nº 1 de Sequeirô---

- 270,00 € (duzentos e setenta euros)
- CasaTir – Centro de Acção Social de Acolhimento À Terceira Idade de Roriz-----
- 360,00 € (trezentos e sessenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 da Ramada-----
- 300,00 € (trezentos euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja Areias-----
- 540,00 € (quinhentos e quarenta euros)
- Freguesia de Negrelos S. Mamede-----900,00 € (novecentos euros)

As despesas com a atribuição dos referidos subsídios serão satisfeitas pelas rubricas orçamentais com a classificação económica 040701, nas quais têm cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2150/2012.-----

Os compromissos decorrentes da presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 2509/2012, 2522/2012, 2524/2012, 2525/2012, 2526/2012, 2527/2012, 2528/2012, 2529/2012, 2530/2012, 2531/2012, 2532/2012, 2533/2012, 2536/2012, 2539/2012, 2540/2012, 2541/2012, 2542/2012, 2543/2012, 2544/2012, 2546/2012, 2547/2012, 2548/2012, 2549/2012, 2550/2012, 2551/2012 e 2552/2012, todos de vinte e seis do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





8. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

**A) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO: ALARGAMENTO,
CONSTRUÇÃO DE MURO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO MOSTEIRO.-----**

Presente ofício de vinte e oito de fevereiro último, da junta de freguesia de Vilarinho, registado com o número dois mil trezentos e noventa e um, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros) para custear as despesas com a conclusão da obra acima referida.-----

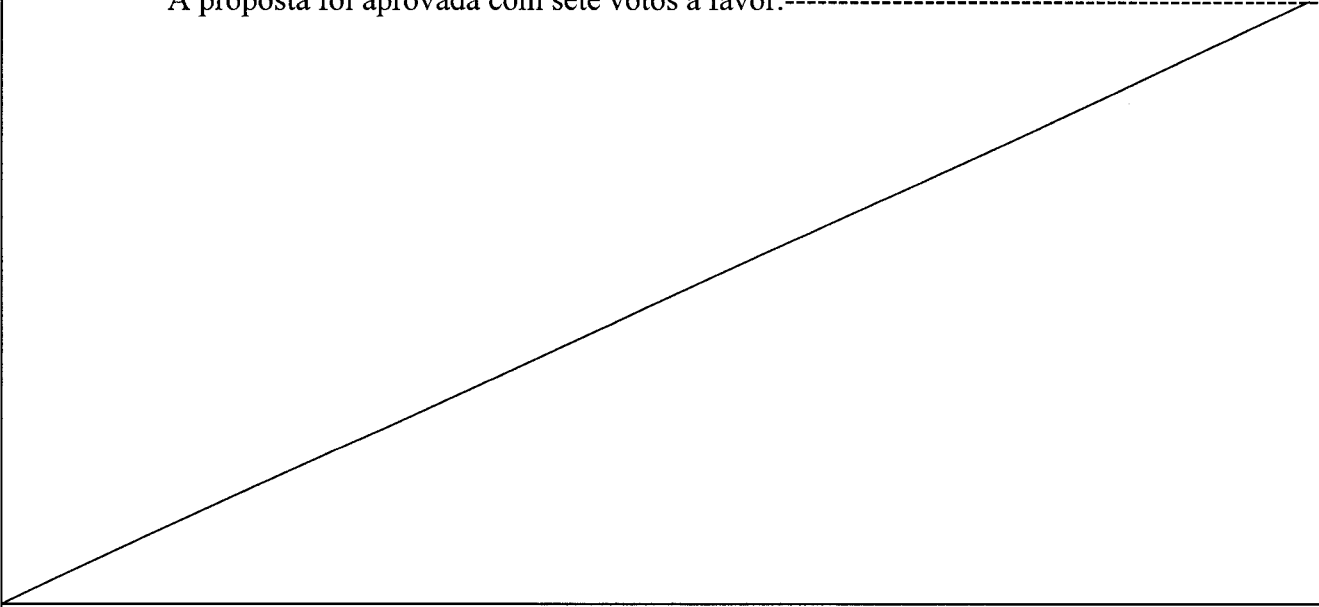
O departamento de obras municipais informa (II_0649/2012) que a obra está concluída em condições aceitáveis e que o valor total dos trabalhos realizados é de 9.010,00 € (nove mil e dez euros), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Vilarinho um subsídio no montante de 9.010,00 € (nove mil e dez euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701 , na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2169/2012.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 2555/2012, desta data.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



8. B) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. BENTO, FREGUESIA DE SANTO TIRSO.--

Presente ofício de seis do corrente mês de junho, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número seis mil e catorze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Bento, que se irão realizar de seis a onze do próximo mês de julho.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que as “Festas de S. Bento” têm uma grande tradição no concelho de Santo Tirso, sendo mesmo consideradas as “Festas do concelho”, já que o dia de S. Bento, onze de julho, é igualmente o dia do feriado municipal;-----

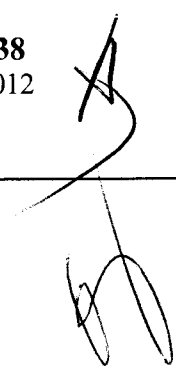
Considerando que, apesar de todo o apoio da câmara municipal, a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de uma comissão que especialmente se constitui para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 45 000,00 € (quarenta e cinco mil euros) à Comissão de Festas de S. Bento, Santo Tirso, representada por Álvaro Brito Moreira.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2131/2012.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 2499/2012, de vinte e cinco do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



8. C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição dos subsídios a seguir referidos, em resposta aos pedidos das respetivas comissões de festas:-----

- Comissão de Festas de S. Pedro de Roriz-----230,00 € (duzentos e trinta euros)

Esta comissão é representada por Aníbal Carneiro da Costa, conforme ofício registado na câmara municipal com o número quatro mil quatrocentos e setenta e oito / dois mil e doze.-----

- Comissão de Festas de S. João do Carvalhinho – Burgães-----

-----650,00 € (seiscentos e cinquenta euros)

Esta comissão é representada pelos elementos identificados no ofício registado na câmara municipal com o número mil quatrocentos e vinte e um/dois mil e doze-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento números 2158/2012, e 2160/2012.-----

[Handwritten signature]

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 2538/2012 e 2545/2012, ambos de vinte e seis do corrente mês de junho.-----

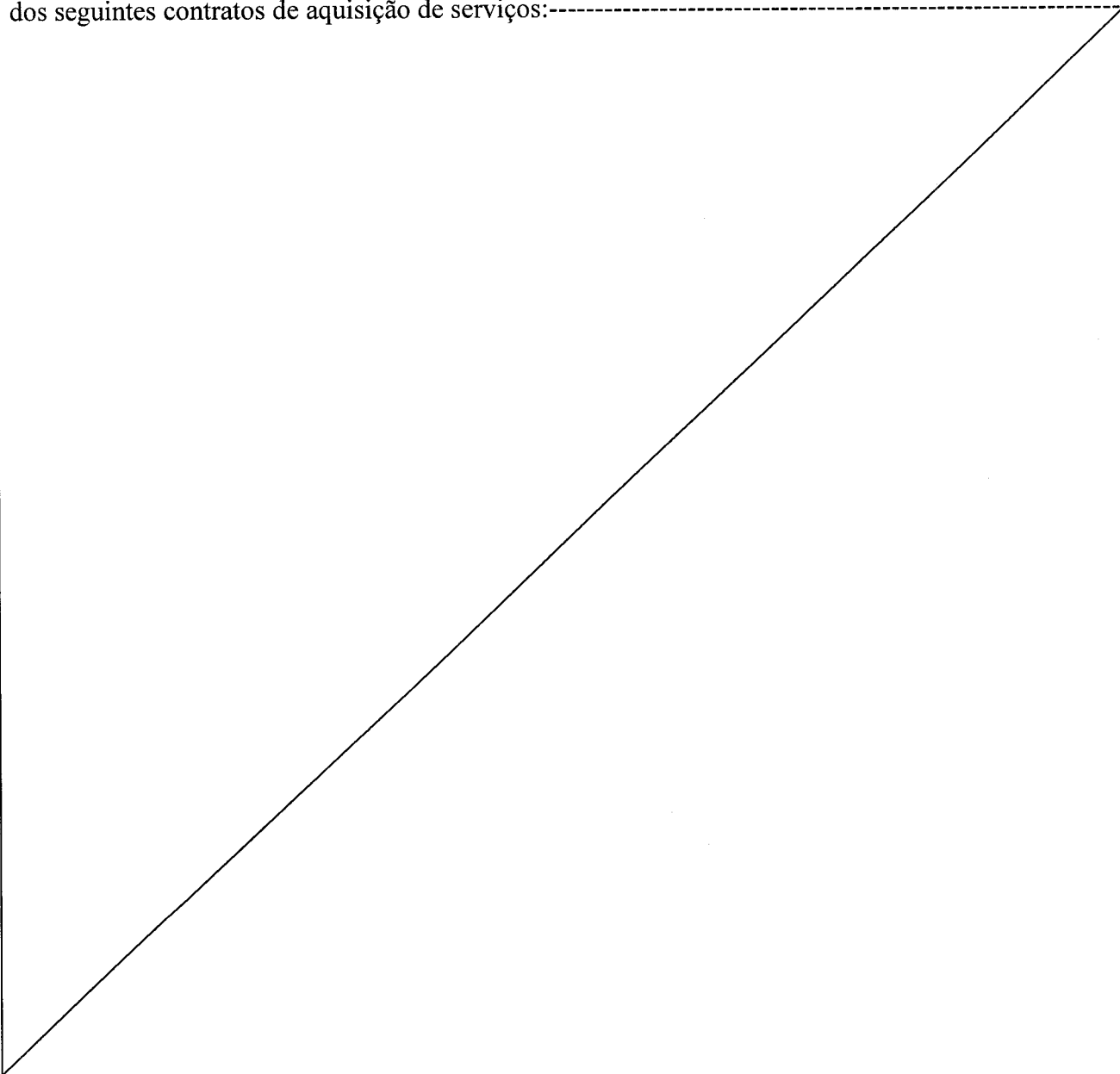
A presente proposta de atribuição de subsídios às comissões de festas atrás referidas foi aprovada com sete votos a favor.-----

[A large diagonal line is drawn across the remaining space of the page.]



**9. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, em cumprimento do estipulado nas disposições conjugadas dos números 4 e 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e doze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





9. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A GESTÃO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DE RESÍDUOS HOSPITALARES PERIGOSOS DOS GRUPOS III E IV.-----

Presente informação do chefe dos serviços urbanos, de cinco do corrente mês de junho, registada com o número seis mil cento e cinquenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.---

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, que será celebrado na sequência de procedimento de ajuste direto a abrir após a deliberação da assembleia municipal que autorizar a assunção de compromissos plurianuais com o respetivo contrato.-----

O custo anual estimado decorrente do contrato a celebrar é de 2.300,00 € (dois mil e trezentos euros), mais IVA, sendo que o contrato será celebrado pelo prazo de três anos, tendo assim encargos nos anos económicos de dois mil e doze, dois mil e treze, dois mil e catorze e dois mil e quinze.-----

A proposta que vier a ser apresentada no respetivo procedimento está sujeita à redução remuneratória de 10%.-----

As despesas estimadas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual ficou cativa a importância de 2.829,00 € (dois mil oitocentos e vinte e nove euros), correspondente à estimativa dos encargos e suportar no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 1967/2012, de cinco do corrente mês de junho.-----

Considerando que do contrato a celebrar resultarão compromissos plurianuais, o senhor presidente propôs ainda, para cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que a presente deliberação fosse remetida à assembleia municipal para efeitos de



autorização da assunção de compromissos plurianuais com o contrato a celebrar.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----



9. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS INFORMÁTICOS – CONVERSÃO DOS FICHEIROS DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS INSTALADOS NO SERVIDOR RM300 PARA O SQLSERVER.-----

Presente informação do responsável pelo gabinete de informática, de dois de maio findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número DOC_3642/2012, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Aquela informação vem acompanhada de informação da divisão jurídica e do contencioso, de vinte e um do corrente mês de junho, registada com o número II_0699/2012, que aqui igualmente se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, a celebrar com a sociedade ENS – Empresa Nacional de Software, S.A., na sequência de procedimento por ajuste direto.-----

O custo previsto decorrente do contrato a celebrar é de 9.500,00 € (nove mil e quinhentos euros), mais IVA, e sujeito à redução remuneratória de 10% a aplicar sobre a proposta de preço que vier a ser apresentada pela empresa a consultar.-----

As despesas estimadas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual ficou cativa a importância de 11.685,00 € (onze mil seiscentos e oitenta e cinco euros), conforme proposta de cabimento orçamental número 2157/2012, de vinte e seis do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

**9. C) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO
POR OBJETO O TRANSPORTE EM AUTOCARRO.-----**

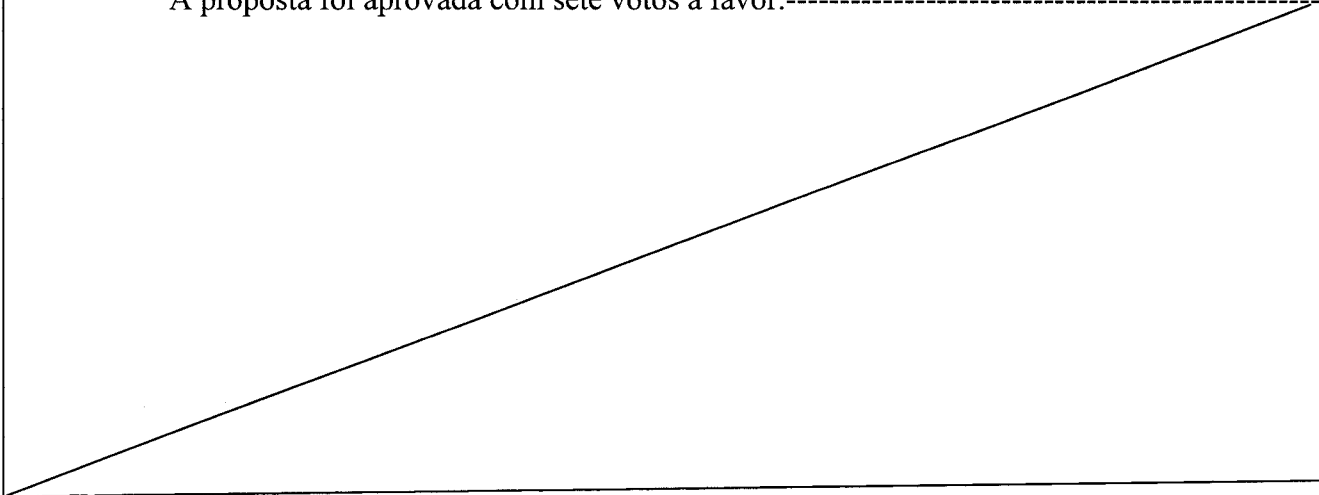
Presente informação da diretora do departamento de educação, desporto e ação social, de vinte e um do corrente mês de junho, registada com o número seis mil seiscientos e cinquenta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, a celebrar na sequência de procedimento de ajuste direto, a abrir ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.-----

O custo previsto decorrente do contrato a celebrar é de 23.500,00 € (vinte e três mil e quinhentos euros), mais IVA, e sujeito à redução remuneratória de 10% a aplicar sobre a proposta de preço que vier a ser apresentada.-----

As despesas estimadas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual ficou cativa a importância de 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), conforme proposta de cabimento orçamental número 2111/2012, de doze do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



9. D) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CRIAÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO TURÍSTICA DO CONCELHO DE SANTO TIRSO – GUIA TURÍSTICO.-----

Presente informação do diretor do departamento de cultura e turismo, de vinte do corrente mês de junho, registada com o número seis mil seiscientos e cinquenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, a celebrar com a sociedade Interacções do Futuro, Acções Multimédia Lda.-----

O custo decorrente do contrato a celebrar é de 17.187,50 € (dezassete mil cento e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), mais IVA, sujeito à redução remuneratória de 10% a aplicar sobre a proposta apresentada.-----

As despesas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual ficou cativa a importância de 21.525,00 € (vinte e um mil quinhentos e vinte e cinco euros), conforme proposta de cabimento orçamental número 580/2012, de dez de fevereiro último.-----

O compromisso decorrente do contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade com o número 2556/2012, desta data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a proposta apresentada, ratificando os atos já praticados no respetivo procedimento (processo n.º 255/2012).-----

9. E) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE ARQUITETURA E PLANO DE ACESSIBILIDADES PARA A REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO E ÁREA ENVOLVENTE AO MOINHO ADJACENTE À PONTE SOBRE O RIO AVE, EM SANTO TIRSO.-----

Presente informação do diretor do departamento de planeamento e habitação, de vinte e seis do corrente mês de junho, registada com o número seis mil seiscentos e cinquenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços para elaboração do projeto de execução de arquitetura e plano de acessibilidades relativo à requalificação do edifício acima referido, com a sociedade Nuno Sampaio Arquitecto Lda, pelo preço contratual de 22.176,00 € (vinte e dois mil cento e setenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal à data da faturação, preço esse que já considera a redução remuneratória legalmente prevista.-----

A despesa com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010307, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3530/2011, validada em cinco de janeiro último.-----

Considerando que do referido contrato resultarão compromissos plurianuais, o senhor presidente propôs ainda, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que a presente deliberação fosse remetida à assembleia municipal para ratificação da decisão da abertura do respetivo procedimento, cujo contrato gera compromissos plurianuais.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----



9. F) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE ESPECIALIDADES GERAIS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO E ÁREA ENVOLVENTE AO MOINHO ADJACENTE À PONTE SOBRE O RIO AVE, EM SANTO TIRSO.-----

Presente informação do diretor do departamento de planeamento e habitação, de vinte e seis do corrente mês de junho, registada com o número seis mil seiscentos e cinquenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços para elaboração do projeto de execução de especialidades gerais – engenharia civil (estabilidade, fundações e contenção periférica, hidráulicas, acústica), resíduos urbanos e gestão de resíduos da construção e arranjos exteriores, relativo à requalificação do edifício acima referido, com a sociedade PROAFA, Serviços de Engenharia S.A, pelo preço contratual de 21.146,40 € (vinte e um mil cento e quarenta e seis euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal à data da faturação, preço esse que já considera a redução remuneratória legalmente prevista.-----

A despesa com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010307, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3531/2011, validada em cinco de janeiro último.-----

Considerando que do referido contrato resultarão compromissos plurianuais, o senhor presidente propôs ainda, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que a presente deliberação fosse remetida à assembleia municipal para ratificação da decisão da abertura do respetivo procedimento, cujo contrato gera compromissos plurianuais.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----



9. G) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DAS ESPECIALIDADES ELETROMECÂNICAS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO E ÁREA ENVOLVENTE AO MOINHO ADJACENTE À PONTE SOBRE O RIO AVE, EM SANTO TIRSO.-----

Presente informação do diretor do departamento de planeamento e habitação, de vinte e seis do corrente mês de junho, registada com o número seis mil seiscentos e cinquenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços para elaboração do projeto de execução das especialidades eletromecânicas relativo à requalificação do edifício acima referido, com a sociedade GET, Gestão de Energia Térmica Lda, pelo preço contratual de 20.829,78 € (vinte mil oitocentos e vinte e nove euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal à data da faturação, preço esse que já considera a redução remuneratória legalmente prevista.-----

A despesa com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010307, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3532/2011, validada em vinte e quatro de janeiro último.--

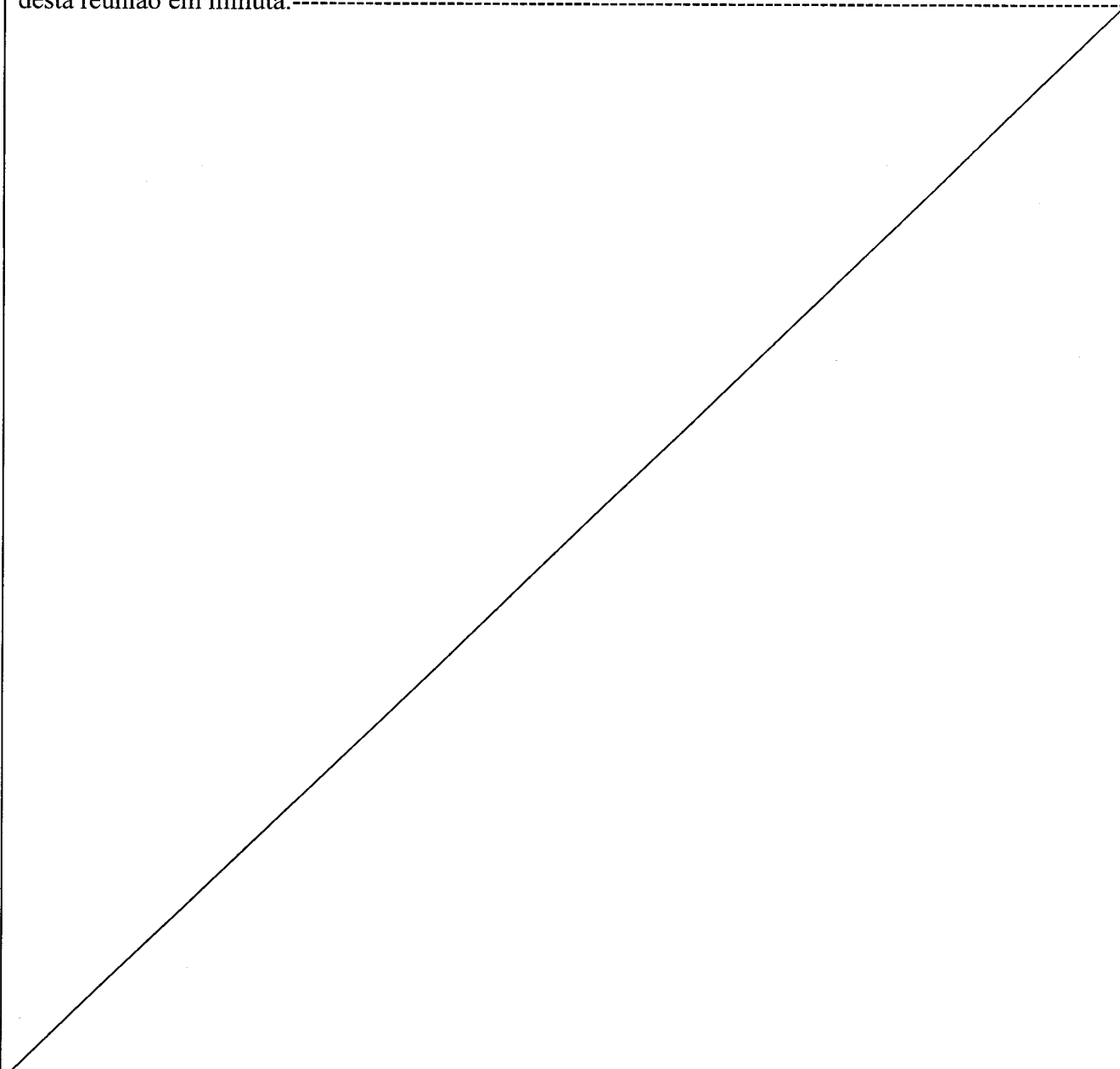
Considerando que do referido contrato resultarão compromissos plurianuais, o senhor presidente propôs ainda, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que a presente deliberação fosse remetida à assembleia municipal para ratificação da decisão da abertura do respetivo procedimento, cujo contrato gera compromissos plurianuais.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----



[Handwritten signature]

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta folhas, apenas utilizadas no anverso e um documento anexo (anexo I, relativo ao item cinco), que eu *Marie Adama*

Silvado Rego

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Carla X

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 12 / 07 / 2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas 12 e 28 da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adama